

Moratória de dívida externa atingiria empresas

Grandes grupos respondem por mais de 60% do que o País deve ao exterior

LEANDRA PERES

BRASÍLIA – Uma eventual suspensão total dos pagamentos da dívida externa brasileira, de US\$ 231,3 bilhões, como defende a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atingiria mais fortemente as grandes empresas privadas do que o próprio governo. Isso porque 60,1% dessa dívida, ou US\$ 139,2 bilhões, é do setor privado, ou seja, se não fosse paga, ficaria no caixa de pessoas jurídicas, não iria para as políticas sociais do governo. Além disso, poderia levar ao fim do acesso dessas empresas e do País ao mercado internacional. A CNBB e os partidos de oposição realizam, até quinta-feira, um plebiscito para perguntar à população se o País deve continuar pagando as dívidas externa e interna e mantendo o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ao mesmo tempo, a análise da evolução da dívida desde o início do Plano Real suscita a pergunta de por que as empresas concordaram em se arriscar no mercado externo. A resposta passa pela política cambial que vigorou até o início de 1999 em que o real foi mantido sobrevalorizado. Ou seja, era preciso pouco da moeda nacional para comprar dólares, o que fazia com que valesse a pena para o empresário tomar dinheiro lá fora a taxas de juros mais baratas para investir no País. No início do Plano Real, em 1994, a dívida do setor privado corres-

pondia a 41,1% do total e em maio desse ano, último dado disponível, chega a 60,1%.

“A responsabilidade por essa dívida externa não é dos credores, mas da valorização do real que foi irresponsavelmente mantida até o ano passado”, diz o ex-ministro Bresser Pereira, que defendeu, em 1987, a renegociação da dívida externa.

O câmbio sobrevalorizado manteve sempre viva a possibilidade de uma desvalorização repentina, como de fato aconteceu. Isso obrigava o BC a manter elevadas as taxas de juros para atrair os investidores estrangeiros. É com os dólares que entram que o governo financia o déficit que tem nas transações do País com o exterior. Ao mesmo tempo, a dívida interna subiu com os juros.

“É um erro supor que os juros da dívida interna estão sendo apropriados por especuladores”, explica o ex-presidente do

BC, Gustavo Loyola. “Eles são pagos a qualquer um que coloca seu dinheiro no banco, pois o banco aplica em títulos públicos”.

O ex-coordenador da Pastoral Social da CNBB, Dom Demétrio

Valentino, nega que a entidade esteja pregando um calote. Segundo ele, o objetivo é chamar a atenção para um assunto importante e fazer com que “o povo participe da decisão”.

Da dívida externa total do País, US\$ 26,6 bilhões são de curto prazo, ou seja, de prazo inferior a um ano. De acordo com o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, esses recursos servem principalmente para financiar as importações e exportações.

“Uma moratória poderia afetar as ofertas de financiamento para compra de artigos essenciais, como petróleo, medica-

mentos e trigo”, afirma o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Os outros US\$ 204,6 bilhões têm prazo superior a um ano e nesse caso são mesmo empréstimos para investimentos, no caso do setor privado, ou para rolar a dívidas, no caso do governo federal. É por meio de empréstimos também que o gover-

no recebe os recursos do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar projetos sociais.

O perfil atual da dívida externa brasileira mudou bastante da década de 80 para cá. Naqueles anos, o grande devedor era o setor público. Em dezembro de 1980, por exemplo, 69% dos US\$ 53,8 bilhões que o País

devia eram responsabilidade do governo federal. Em 1985, esse percentual era de 82%.

Os credores também eram outros, uma vez que os empréstimos concedidos ao Brasil vinham geralmente de bancos internacionais. Hoje, os credores estão bastante pulverizados, pois o governo não pega mais financiamentos, mas vende títu-

los, que são uma espécie de nota promissória, comprada principalmente por fundos de investimentos que têm pessoas físicas como cotistas. Essa situação também tornaria muito mais complicada uma renegociação, pois seriam milhares de credores.

■ Mais informações na página 3.

**CÂMBIO
ESTIMULOU
AUMENTO
DO DÉBITO**